

**GÊNERO E DEMOCRACIA:
práticas políticas e comunicativas de mulheres
amazônidas no ato #EleNão¹**

**GENDER AND DEMOCRACY:
amazonian women's political and communicational
practices at #EleNão act**

Danila Cal²

Luana de Melo Laboissiere³

Nathália de Sousa Fonseca⁴

Nathália Kahwage⁵

Resumo: *Investigamos os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas mulheres que participaram da mobilização do dia 29/09/2018, em Belém/PA. Ao analisar (a) 40 escritos de cartazes e pintura corporal, buscamos apreender os sujeitos e suas reivindicações e (b) 50 entrevistas com as presentes no ato para compreender suas motivações, perspectivas sobre democracia e relações com os feminismos. Como matriz teórica, recorreremos à definição de Dewey (2008) acerca da noção de democracia materializada em um “modo de vida”, dialogado com visadas feministas do Sul Global, em seu movimento de pluralização do sujeito do feminismo. Os principais resultados da análise dos cartazes apontam para: ampliação do sujeito do feminismo e construção de alianças com outros movimentos sociais; já as entrevistas indicaram a percepção delas sobre a importância da participação popular para a democracia, o entendimento do #EleNão como forma de construção de solidariedade e apontaram tensões presentes nas vinculações ao feminismo.*

Palavras-Chave: *Mulheres da Amazônia. Práticas comunicativas. #EleNão.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa), danilagentilcal23@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), integrante do Compoa, luana.laboissiere@gmail.com. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (PPGCLC/Unama), integrante do Compoa, s.nathaliafonseca@gmail.com. Bolsista da CAPES.

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA), integrante do Compoa, nathalia.kahwage@gmail.com

Abstract: *The research deals with the meaning of #EleNão protest for women that took part in it on September 29th, 2018, in Belém/PA. Through the analysis of 40 protest signs and body signs, we seek to grasp who the subjects are and which claims they make. Through 50 interviews with women who attended the act we seek to understand their motivations, perspectives on democracy, and relations to feminism. As theoretical base, the research is informed by Dewey's notion of democracy materialized in forms of life as well as by feminists in the Global South's takes on the pluralism of feminism subjects. Main results of the protest signs analysis suggest broadening of understandings on feminism subjects and alliances with other social movements. The interviews point out to women's perceptions about people's engagement for democracy, the understandings of #EleNão as they construct solidarity, and tensions in the bonds with feminism.*

Keywords: *Amazonian women. Communicational practices. #EleNão.*

1. Introdução

“Tudo o que ele vai fazer é contra as minorias, contra os direitos humanos, contra o meio ambiente. Então, é impossível a gente pegar e ficar calada, parada, frente a um cara que vai contra tudo o que a gente acredita, contra o que a gente trabalhou uma vida inteira”. A fala é de uma psicóloga de 37 anos que participou, em Belém-PA, do protesto #EleNão, convocado por mulheres por meio de mobilização nos sites de redes sociais contra o então candidato à presidência da República nas eleições 2018, Jair Bolsonaro.

Com cartazes às mãos, mulheres negras, indígenas, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), jornalistas, trans, cis, brancas, LGBTI+ – entre outros grupos que interseccionalmente atravessam uns aos outros em seus marcadores sociais de diferença – reivindicavam, centralmente, a defesa da democracia brasileira, posicionando-se contra o candidato.

Emergindo nesse contexto, nossa investigação buscou compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas próprias mulheres que participaram do protesto, levando em consideração a composição heterogênea e plural desse grupo. De modo específico, analisamos os motivos que levaram à participação no ato, a natureza das reivindicações e o modo como são mobilizadas dimensões da democracia para embasar o movimento e produzir solidariedade.

Como matriz teórica, trabalhamos com uma perspectiva ampliada de democracia, baseada em Dewey (2008 [1939]), que a distingue entre uma ideia, uma

forma de vida, e uma forma de governo, tomando-a como um termo recorrentemente contestado na contemporaneidade e considerando diversos modos de compreendê-la (MATOS, 2018; MENDONÇA; CUNHA, 2018; MENDONÇA, 2018).

Relacionamos essas formulações com as perspectivas feministas do Sul Global, que têm como foco central a desestabilização de matrizes hegemônicas de pensamento, considerando que a pluralidade de sujeitos que a teoria feminista contempla e os modos de lidar com questões de gênero – que não podem ser lidas à parte de questões de raça, classe social, etnia e geopolítica (LUGONES, 2008; 2014), propondo o descentramento de narrativas a partir da experiência (BRAH, 2006) – chave que buscamos compreender por meio de entrevistas com as mulheres que participaram do protesto.

Perspectiva essa que percebemos como valiosa para nossa investigação não apenas por termos como interlocutoras as mulheres amazônidas em suas especificidades, mas também por permitir um olhar nuançado às práticas políticas das mulheres do Brasil, assim como pelo esforço de não enquadrá-las em categorias analíticas que não foram pensadas a partir da realidade na qual estão inseridas.

Ancoradas nisso, pensamos nosso gesto metodológico de modo que contemplasse uma escuta e observação atenta das reivindicações de nossas interlocutoras, reconhecendo-as como sujeitos políticos plurais (MIÑOSO, 2009), ativas no que concerne ao desenho de formas de ativismo a partir de suas respectivas experiências que se adequem à sua realidade (COLLINS, 2016) e questionando perspectivas dominantes sobre a história e a representação das mulheres (LOOMBA, 2005).

Focamos nossa análise no protesto #EleNão, realizado Belém no dia 29 de setembro de 2019, por considerar a relevância de um olhar descentralizado para esse fenômeno, a partir de um contexto periférico como a Amazônia. Portanto, como procedimentos metodológicos, realizamos: (1) análise de quarenta cartazes da mobilização, por meio de imagens do coletivo Jornalistas Livres e publicadas no evento do Facebook; e (2) entrevistas semiestruturadas com cinquenta mulheres de diferentes faixas etárias e perfis que participaram do #EleNão. Buscamos compreender, principalmente, (a) motivações para participar do #EleNão; (b) perspectivas sobre democracia; e (c) relações com o feminismo.

2. Contextualização sobre o movimento #EleNão

As eleições presidenciais brasileiras de 2018 foram marcadas por especificidades e peculiaridades que vão desde a desvalorização do debate político nos *media*, por parte do candidato do Partido Social Liberal (PSL), até declarações de cunho sexista e até misógino. Naquele contexto, as mulheres dos Movimentos Feministas do Brasil, de capitais a interiores, e espraiando-se para o exterior, autodeclaradas “Mulheres Contra Bolsonaro”, organizaram-se sob a bandeira da *hashtag* #EleNão, contra a candidatura do político.

Sendo parte de um momento de efervescência política feminista que vem ocorrendo no Brasil desde a chamada Primavera Feminista, em 2014, que perpassou as movimentações *on-line* como #NãoMereçoSerEstuprada, #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, e mobilizações de rua como #ForaCunha, a manifestação #EleNão foi reconhecida – segundo Céli Pinto, em entrevista à BBC News Brasil (2018) – como o maior protesto de mulheres na história do país.⁶

O primeiro protesto das “Mulheres Contra Bolsonaro” foi articulado, inicialmente, via *Facebook*, dentro de grupos fechados. Impulsionada pelas mulheres e com participação de demais grupos socialmente marginalizados e que se percebiam em risco diante da candidatura, a manifestação foi realizada em 114 cidades brasileiras.

Em Belém (PA), a manifestação foi organizada por coletivos feministas da cidade. Segundo o portal de notícias local Diário On-Line, a organização do ato contabilizou cerca de 15 mil participantes. Durante nossa participação no protesto, pudemos experimentar a pluralidade de grupos sociais que compunham o protesto.

O percurso de caminhada, puxada por uma performance de mulheres e crianças do Movimento dos Sem Terra (MST-Pará), era seguido por integrantes da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na UFPA (APYEUFPA), Comunicadores pela Democracia, LGBTQI+, professoras e professores, feministas ligadas a diversas correntes de pensamento, jovens, idosas, famílias inteiras ecoando #EleNão e reivindicando a defesa da democracia.

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

Diante da pluralidade de sujeitos, em vários possíveis atravessamentos de marcadores sociais de diferenças, que a observação participante nos permitiu visualizar, ficamos instigadas a compreender as razões pelas quais as pessoas se mobilizaram para aquele movimento e as dimensões de democracia que aquele grupo heterogêneo mobiliza enquanto reivindica sua defesa, ao se posicionar contra o candidato em questão.

3. Movimentos políticos de mulheres e feminismos

A historiografia do movimento feminista aponta diversas formas de registro do movimento; uma dessas formas é sua sistematização ancorada na metáfora das ondas, que demarcam cronológica e ideologicamente, momentos históricos e suas reivindicações específicas – o que também nos permite compreender quais mulheres eram reconhecidas como sujeito político em cada uma das ondas.

No desenho das ondas do discurso feminista ocidental (EVANS; CHAMBERLAIN, 2014; GAMBLE, 2001), a primeira onda é marcada pelo sufrágio feminino e a segunda pela reivindicação de direitos sexuais, enquanto a terceira é tida tanto como uma onda individualista, guiada por uma agenda liberal (GAMBLE, 2001, p. 278), quanto como uma onda de ampliação do sujeito do feminismo (RIBEIRO, 2014) – passando a abarcar a luta de mulheres até então marginalizadas dentro do movimento. Há ainda quem defenda a existência de uma quarta onda, que tem como maior característica a utilização da internet para construção de mobilizações feministas, redes de solidariedade e para pensar um feminismo plural (COCHRANE, 2013; MUNRO, 2013).

Adaptando a narrativa das ondas para o Brasil, Céli Pinto (2003) descreve três fases relevantes do movimento no país: o primeiro marcado pela reivindicação e conquista do direito de voto, que pode ser compreendido como uma luta por direitos políticos; um segundo momento, que teria sido fortemente marcado pelo clima político do regime militar, no qual a luta feminista era atravessada pela necessidade de combate tanto da opressão do regime quanto do sexismo dos movimentos de resistência, traçando um movimento distinto da efervescência política de liberação vivida na Europa e nos EUA; e um terceiro momento marcado pela participação feminina na redemocratização, desenhando o que a autora compreende como um

“feminismo difuso”, que reivindica seu lugar nos processos institucionais e discute as diferenças entre as mulheres.

No Brasil, Marlise Matos (2010) defende que uma quarta onda do movimento feminista estaria delineando um pensamento feminista a partir do Sul Global, iluminando como as categorias analíticas, quando pensadas pelo Norte Global e utilizadas para tentar compreender as especificidades do Sul Global, não são suficientemente úteis.

Outro modo de pensar a historicidade do feminismo é proposto pelas epistemologias negra e decolonial. A perspectiva negra, tensionando desde a primeira onda e suas raízes racistas que “apagaram” as mulheres negras do movimento sufragista – narrado como uma mobilização de mulheres brancas e de classe média (DAVIS, 2016) – até a delimitação da terceira onda como o momento no qual as mulheres negras passam a integrar o movimento feminista – crítica contestada pela fala de Sojourner Truth que, já em 1851, questionou o conceito de “mulher”.

A crítica negra à visada eurocentrada defende que, ao “apagar” as mulheres negras, as mulheres brancas optam por utilizar os mesmos mecanismos usados pelos homens brancos para negar a elas o *status* de sujeito político (LORDE, 1984). Dessa forma, a própria ação de “apagar” as mulheres negras da narrativa das ondas expõe as limitações desta narrativa.

Aproximando-se da crítica feminista negra, teóricas feministas pós-coloniais denunciam o modo pelo qual os processos de colonização afetaram as metodologias de pesquisa utilizadas por acadêmicas do Norte Global que, ao investigar fenômenos do Sul Global, situaram as mulheres como subalternizadas, docilizadas e sem capacidade de agenciamento, construindo o que Mohanty (1984) define como a concepção, por parte de acadêmicas estadunidenses e européias, da “mulher de Terceiro Mundo” como um sujeito monolítico.

Buscando ir além da crítica dos efeitos do colonialismo, a decolonialidade, no que concerne ao seu diálogo com os feminismos, propõe a subversão da ordem estabelecida pelo que denominam “feminismo hegemônico”. Linda Alcoff (2016) percebe como central o debate acerca dos modos de produção do conhecimento e de como a história vêm sendo contada, tal qual quem a conta – ou seja, a perspectiva

decolonial defendida pela autora propõe a revisão epistemológica e da construção das identidades.

O diferencial agregado às investigações feministas pela perspectiva decolonial pode ser observado tanto no olhar lançado às mulheres, reconhecendo que questões de gênero, raça, classe e situação geopolítica, interseccionalizadas, atravessam as experiências das mulheres do Sul Global e não podem ser lidas separadamente; quanto no que diz respeito à postura metodológica adotada pelas acadêmicas decoloniais, que em suas análises visam a identificar como os marcadores sociais da diferença (por exemplo, raça, classe, sexualidade) afetam a vida dessas mulheres, assim como seus modos de resistência às opressões – pensando a opressão e a resistência como relacionais, ao mesmo tempo que reconhece as mulheres como sujeitos políticos ativos no mundo. Seguindo esta linha de pensamento, Avtar Brah (2006) defende a centralidade da experiência na compreensão dos mecanismos de opressão.

Optamos por embasar teoricamente nossa investigação na perspectiva feminista decolonial por compreender que a região amazônica é atravessada por processos de significação que tendem a não reconhecer suas especificidades e dos sujeitos que aqui habitam. Desse modo, na condição de mulheres feministas da Amazônia – um grupo heterogêneo que se expressa mesmo entre nós, autoras deste trabalho –, percebemos a relevância de uma investigação que parta do próprio local investigado e, por esse motivo, escolhemos como objeto de análise o #EleNão realizado em Belém (PA).

A abordagem feminista decolonial também traz consequências para pensarmos a democracia. De acordo com Matos (2018), vivemos hoje em democracias “pós-coloniais” que estão em “pleno questionamento em relação às nossas heranças colonialistas” (MATOS, 2018, p. 283). A autora trabalha o conceito de cidadania (e sua multidimensionalidade crítica), a partir da qual é fundamental o reconhecimento das diferenças culturais, simbólicas e das identidades marcadas pelas dimensões de gênero e raça.

Matos (2018) recorre a distinção feita por Dewey (2008 [1939]) entre a “ideia de democracia” com base em um sentido ampliado, um “modo de vida”, e o entendimento de democracia como sistema político ou de governo. Consideramos

essa distinção produtiva para refletirmos sobre o #EleNão porque aproxima a ideia de democracia do cotidiano e das interações e, normalmente, “temos o hábito de pensar na democracia como uma espécie de mecanismo político que irá funcionar desde que os cidadãos sejam razoavelmente fiéis no cumprimento de seus deveres políticos” (DEWEY, (2008 [1939]), p. 137).

Podemos compreender, portanto, que a democracia é um “modo de vida guiado por uma fé ativa nas possibilidades da natureza humana” (DEWEY (2008 [1939], p. 138), o que se espraia para as relações cotidianas: “Essa fé pode ser promulgada em leis, mas ela se encontra apenas no papel a não ser que seja materializada nas atitudes que os seres humanos exibem uns para os outros em todos os incidentes e relações com o cotidiano” (DEWEY (2008 [1939], p. 138).

Nesse sentido, o reconhecimento das diversidades é fundamental para o modo de vida democrático, que envolve cooperação e a expressão das diferenças e é uma forma de aprimorar as experiências de vida (DEWEY (2008 [1939])). “A democracia é a fé de que o processo de experiência é mais importante que qualquer resultado especial obtido (...). Visto que o processo de experiência é capaz de ser educativo, a fé na democracia é o mesmo que fé na experiência e na educação” (p. 141). Por experiência, o autor define o processo de interação livre dos seres humanos com as condições que o cercam, que gera conhecimento e pode impulsioná-lo.

Matos (2018) identificou que as críticas feministas apontam as instituições políticas modernas democráticas como capazes apenas de atender às demandas concretas da democracia como “sistema de governo” e não como “ideia de democracia” (MATOS, 2018, p.270). Neste artigo, nosso olhar volta-se, para compreensão do #EleNão realizado em Belém, considerando essa perspectiva alargada de democracia a partir de Dewey (2008 [1939]) e também as teorias feministas discutidas.

5. Procedimentos metodológicos

Com objetivo de compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão pelas próprias mulheres que participaram do protesto, examinamos por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2016; MAIA et al., 2017) dois conjuntos de materiais: (1) cartazes da

mobilização, por meio de imagens registradas pelo coletivo Jornalistas Livres e pela página do movimento no *Facebook*; e (2) entrevistas semiestruturadas com 50 mulheres de diferentes faixas etárias e perfis que participaram do #EleNão.

Para realizar a análise dos cartazes do protesto #EleNão, coletamos 21 imagens do fotógrafo paraense Raoni Arraes, que registrou a manifestação para o coletivo Jornalistas Livres, e 18 imagens publicadas na página do evento no *Facebook*⁷. O critério de escolha das imagens foi baseado na composição das fotografias; coletamos apenas aquelas que continham, em seu enquadramento, cartazes legíveis do protesto. Nossa unidade de análise foram os escritos registrados em cartazes ou ainda em pinturas corporais. Em algumas das imagens, havia mais de um cartaz, em outros casos, os mesmos cartazes apareciam em imagens diferentes. No entanto, analisamos ao todo 40 escritos. A partir deles, buscamos identificar a natureza dos escritos (se pintura corporal ou cartaz), as motivações para participação no ato, se demarcavam atravessamentos relacionados à raça, classe, orientação sexual ou identidade de gênero, quais as reivindicações expressas e se configuravam-se como respostas a declarações polêmicas do então candidato Bolsonaro.

Em relação às entrevistas com as manifestantes, elas foram realizadas no período de 16 de fevereiro a 02 de março de 2019, quatro meses depois do protesto nas ruas da capital paraense. Naquela ocasião, três das quatro autoras se dispersaram em meio à multidão durante a concentração, no Mercado de São Brás, ponto de encontro da manifestação – e abordaram mulheres de diferentes perfis informando que estavam ali também coletando dados para uma pesquisa que tinha como foco a compreensão daquele movimento. Abordamos e registramos dados básicos (nome, idade, profissão e contato) de 107 mulheres, antes do início da passeata. Todas elas, naquele momento, aceitaram participar da investigação e algumas delas já sentiam a necessidade de expressar suas motivações, como a psicóloga de 37 anos cuja fala abre a introdução deste artigo.

Com o propósito de tornar mais viável ou mesmo mais confortável a comunicação com nossas interlocutoras, optamos por apresentar a entrevista em um

⁷ <https://www.facebook.com/events/309019836344996/>

formulário na plataforma *Google Forms* e oferecer ainda a opção de fazer as perguntas pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.

Das 107 mulheres de cujos os dados dispúnhamos, 83 delas foram contatadas via *WhatsApp*, e para aquelas cujo número de telefone não aparecia como contato no aplicativo de mensagens, foram feitas ligações telefônicas em pelo menos cinco tentativas para saber se o número correspondia àquela proprietária e se ela possuía outro número com *WhatsApp* para contato. Das 83 contatadas, 50 delas responderam à entrevista na íntegra, que era dividida em dois momentos: um primeiro voltado para identificação do perfil da manifestante (com questões relacionadas, por exemplo, a idade, profissão/ocupação, identificação de gênero, cor da pele, município, participação em partidos políticos, orientação sexual); e, um segundo, com perguntas abertas a respeito da participação no #EleNão e das perspectivas sobre democracia, feminismo e movimentos sociais⁸. Dentre as 50 mulheres que responderam integralmente as perguntas, 39 delas optaram em responder pelo *WhatsApp*, e 11 preferiram responder pelo *Google Forms*⁹.

Por meio das entrevistas, como gesto metodológico e analítico, demarcamos a necessidade de escutar e considerar as falas das entrevistadas enquanto sujeitos plurais (SPIVAK, 2010; MIÑOSO, 2009), capazes de pensar formas de ativismo adequadas e a partir de suas realidades (COLLINS, 2016) questionando perspectivas dominantes sobre a história e a representação das mulheres (LOOMBA, 2005).

A seguir apresentaremos de modo mais específico os procedimentos analíticos e os resultados em cada um desses âmbitos investigados.

6. “Vocês verão com quantas fraquejadas se faz uma revolução”: os escritos da mobilização

⁸ O roteiro completo com as questões está disponível em: <https://bit.ly/2uMV1IM>

⁹ Em ambas as formas de abordagem, enviamos um texto de apresentação que trazia detalhes da pesquisa aplicada, do grupo de pesquisa que a coordenava, das opções de plataformas para respostas e do compromisso com elas para a apresentação dos resultados, disponibilizando ainda o e-mail do grupo de pesquisa a fim de atestar a fidedignidade da proposta e a preservação da identidade de nossas interlocutoras.

Ao todo, analisamos 40 escritos materializados em cartazes ou pinturas corporais identificados por meio de registros fotográficos do evento, conforme explicado na seção anterior. Para análise desse material, realizamos análise de conteúdo a partir da construção de um livro de códigos (FIG. 1) e da construção de um banco de dados em *Excel*.

Ficha de análise dos cartazes e pintura corporal

- V1. Natureza dos escritos
 - V1.1 Pintura corporal
 - V1.2 Cartaz
- V2. Demarcação de atravessamentos
 - V2.1 Raça
 - V2.2 Classe
 - V2.3 Orientação sexual
 - V2.4 Identidade de gênero
 - V2.5 Não demarca
- V3. Escritos que explicitam as motivações para participar do ato
 - V3.1 Combate ao fascismo
 - V3.2 Combate à homofobia
 - V3.3 Combate ao racismo
 - V3.4 Combate ao feminicídio
 - V3.5 Combate à corrupção
 - V3.6 Combate à violência policial
 - V3.7 Em defesa dos museus
 - V3.8 Em defesa da educação
 - V3.9 O feminismo
 - V3.10 Apenas contra a eleição do candidato
- V4. Identificação do sujeito manifestante a partir dos escritos
 - V4.1 Mulheres (sem demarcação de especificidades)
 - V4.2 Mulheres feministas
 - V4.3 Movimento negro
 - V4.4 Pessoas vegetarianas
 - V4.5 Vítimas do regime militar
 - V4.6 Pessoas portadoras de algum tipo de deficiência
 - V4.7 Não identificável
- V5. Reivindicações expressas
 - V5.1 Democracia
 - V5.2 Liberdade
 - V5.3 Igualdade
 - V5.4 Direito de existir/Resistência
 - V5.5 Justiça para Marielle Franco
 - V5.6 Em defesa dos direitos já alcançados
 - V5.7 A não-eleição do candidato
- V6. Escritos que se referiam a declarações polêmicas
 - V6.1 Conta mães solteiras
 - V6.2 A favor do regime militar
 - V6.3 Sobre "fraquejadas"
- V7. Transcrição da mensagem na íntegra
- V8. Observações

FIGURA 1 - Livro de Códigos dos Cartazes

Fonte - Produção própria

A grande maioria dos dados coletados a partir das fotografias foi de cartazes 92,5% (37) e apenas 7,5% (03) de ocorrência de pintura corporal. As pinturas corporais identificadas traziam o espelho de Vênus sozinho ou como composição no #EleNão substituindo a vogal "o". O símbolo tem sido usado historicamente para representar lutas feministas. Nesse sentido, as pinturas corporais explicitaram o movimento feminista como motivação para a participação no protesto.

Já em relação às mensagens dos cartazes, verificamos que a principal referência para participação no #EleNão, era “apenas a não eleição do candidato Bolsonaro” (67,5%, 25 cartazes), seguida em menor número pelas variáveis que representam o movimento feminista, combate ao feminicídio, combate à homofobia, o combate ao fascismo e o combate ao racismo. Como exemplo da categoria mais recorrente, podemos citar: “Mente vazia, oficina do Bolsonaro”; “As mulheres vão derrotar Bolsonaro”; “Égua, esse leso não. #Nãosoubrigada. #EleNão”.

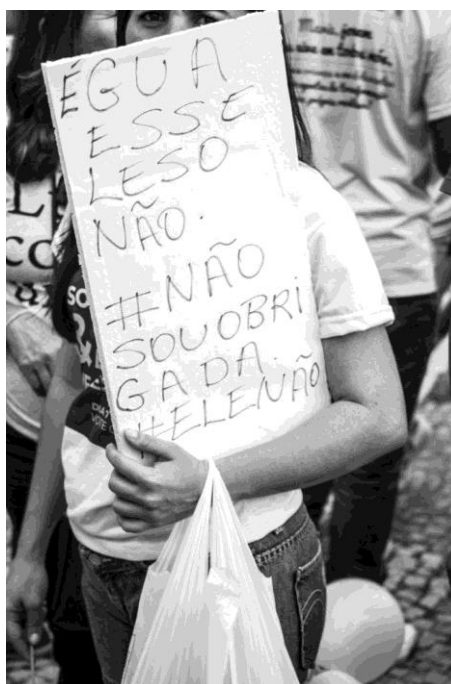


Figura 2 - Fotografia de Cartaz
 Fonte - Evento do Facebook

Essa última mensagem (FIG. 2) aborda, a partir de um regionalismo (os usos das expressões “égua” e “leso”, típicas no linguajar paraense, sobretudo, da região metropolitana de Belém), a recusa e protesto ao então candidato Bolsonaro.

Quanto à identificação dos sujeitos manifestantes, das 37 ocorrências, conseguimos identificar 23 a partir das imagens e também do que estava escrito nos cartazes:

Tabela 1
 Identificação dos participantes segundo os cartazes

Identificação do sujeito manifestante a partir dos escritos	%	ABS

Mulheres (sem demarcação de especificidades)	17,9%	07
Mulheres feministas	41%	16
Movimento negro	7,7%	03
Pessoas vegetarianas	2,6%	01
Vítimas do regime militar	2,6%	01
Pessoas com deficiência	2,6%	01
Não identificável	35,9%	14

Fonte: Produção própria.

A principal ocorrência foi de mensagens que indicavam como sujeito manifestante mulheres feministas, variável construída a partir da identificação, nos cartazes, de frases, imagens ou expressões comuns ao feminismo, como, por exemplo: "Lute como uma garota// #ELENÃO"; "Fraquejada é o caralho!// #EleNão"; "A primavera feminista vive"; "Pare!// Seu machismo nos mata!// Chega"; "A luta das mulheres muda o mundo"; "Mulheres contra Bolsonaro"; "A 'fraquejada' vai te derrubar! #EleNão"; "Pela vida das mulheres"; "Vocês verão com quantas fraquejadas se faz uma revolução".

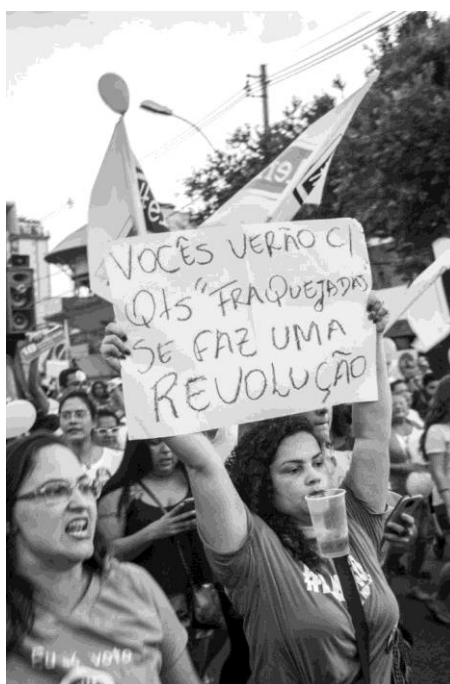


Figura 3 - Fotografia de Cartaz
Fonte - Rani Arraes

Observamos ainda a demarcação de atravessamentos, por meio dos marcadores sociais de diferenças presentes nos cartazes analisados. A análise destes atravessamentos ilumina as especificidades do que está sendo visibilizado pelos sujeitos, sustentando a proficuidade tanto de práticas feministas quanto análises acadêmicas que vislumbrem, atreladas às questões de gênero, as de raça, classe social e orientação sexual, entre outras (DAVIS, 2016; MIÑOSO, 2017). Para identificá-los nos cartazes, o movimento realizado foi o de tentar apreender como se manifestam verbalmente estas demarcações. Como pode ser percebido no exemplo da figura 5 (FIG. 5).

Tabela 2
Identificação de atravessamentos

Demarcação de atravessamentos	%	ABS
Raça	12,5%	05
Classe	10%	04
Orientação sexual	20%	08
Identidade de gênero	47,5%	19
Não demarca	37,5%	15

Fonte: Produção própria.

Identificamos questões de gênero e de raça atreladas – como no exemplo abaixo (FIG. 5), no qual o coletivo antirracista Afronte¹⁰ brinca com as palavras ao escrever “AFRONTA O MACHISMO”.

¹⁰ Coletivo nacional com filial no estado do Pará. Em sua página no *Facebook*, na aba “sobre”, consta a seguinte definição: “Juventude sem medo afrontando os retrocessos e o conservadorismo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/afrontenacional/>



Figura 4 - Fotografia de Cartaz
Fonte - Evento do Facebook

Dentre as reivindicações expressas nos cartazes, 57,5% (23) se posicionavam contra a eleição do candidato, seguidos pela reivindicação da vida e resistência (13), igualdade (13), democracia (05), liberdade (05), a defesa dos direitos alcançados (04) e Justiça à Marielle Franco (01).

Ao filtrar os resultados, relacionando “mulheres feministas” como sujeito que reivindica, a motivação da presença na manifestação e as reivindicações expressas nos cartazes, os resultados apontam como principais questões o combate ao feminicídio (03), ao racismo (01), o próprio movimento feminista (11) e a não eleição do candidato à presidência da república (03).

No que concerne aos escritos corporais e dos cartazes na mobilização #EleNão, a análise apontou um resultado que pode ser compreendido de duas formas: (1) manifestação daquilo que as teóricas do Sul Global demarcam como característica intrínseca dos movimentos feministas latino americanos: a pluralidade de sujeitos e demandas que o compõem – explicitada na heterogeneidade de atravessamentos e reivindicações que identificamos nos cartazes da mobilização; ou como (2) manifestação das alianças entre os movimentos feministas (que iniciaram, ainda na internet, a mobilização #EleNão) e outros movimentos sociais, como LGBTQI+ e negro.

No entanto, não compreendemos o dado acima como manifestação do que Céli Pinto (2003) entendeu como um “feminismo difuso”, mas a partir do conceito de *outsider within* (COLLINS, 2019), uma vez que mesmo inseridas dentro do movimento feminista brasileiro, as mulheres da Amazônia vivem especificidades que precisam ser visibilizadas para que elas sejam contempladas em suas reivindicações – isso acontece, por exemplo, quando uma mulher do MST não reivindica apenas o combate à violência de gênero, mas também a reforma agrária, uma vez que ambas questões atravessam sua vivência de modo interseccionalizado¹¹.

Os resultados, portanto, apontam para uma direção oposta ao “feminismo difuso” (PINTO, 2003) – o que segundo a autora marcaria uma pluralidade de demandas que abarcasse uma pluralidade de sujeitos – no cruzamento entre as motivações dos sujeitos a participarem da mobilização e as reivindicações expressas nos cartazes, uma vez que os cartazes que, dentre as motivações para participar da mobilização, tinham o movimento feminista (05) e o combate ao feminicídio (06), à homofobia (05) e ao combate ao racismo (04) vinham atrelados a reivindicações de igualdade, (10), direito à existência (09), liberdade (04), democracia (01), justiça à Marielle Franco (01), defesa dos direitos alcançados (01) e a não-eleição do candidato (09).

7. #EleNão, Democracia e Feminismos segundo as entrevistadas

A partir dos dados coletados durante o #EleNão em Belém, entrevistamos por *Whatsapp* 50 mulheres que participaram do movimento. Quanto à faixa etária, 52% (26) das entrevistadas tinham entre 18 e 35 anos, 30% (15) entre 36 e 50 anos e 18% (09) mais de 51 anos, sendo que a pessoa mais velha tinha 63 anos. A maioria declarou não ter filhos (54%, 27), 22% (11) informaram possuir um filho, 14% (7) dois filhos, 4% (02) três filhos e 6% (03) mais de três filhos. Em relação à identificação de gênero, a maior predominância foi de mulheres cisgênero, que se identificam com o sexo biológico de nascimento (96%, 48). As outras duas ocorrências foram: uma pessoa se declarou "agênero", ou seja, não se identifica nem com masculino, nem com feminino; e uma pessoa que disse ainda não saber com qual gênero se identifica.

¹¹ O conceito de interseccionalidade de opressões, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1998), foi desenvolvido para iluminar que os marcadores sociais de diferenças atravessam a si mesmos. A interseccionalidade, enquanto uma sensibilidade analítica, é mobilizada para compreender as nuances das construções identitárias e das relações de poder.

A respeito da orientação sexual, 68% (34) das entrevistadas se declararam heterossexuais, 14% (07) homossexuais, 14% (07) bissexuais e 4% (02) preferiram não declarar.

Sobre a cor da pele, 40% (20) das entrevistadas se declararam pardas, 34% (17) brancas, 16% (08) negras/pretas, 4% (02) amarelas e 6% (03) não se definiram. Quanto município de residência, a grande maioria reside em Belém (74%, 37) ou na região metropolitana da capital paraense (22%, 11).

Em relação à ocupação, 42% (21) eram de profissionais liberais (psicólogas, advogadas, jornalistas, entre outras), seguida por professoras (26%, 13) e estudantes (18%, 9). As demais eram servidoras públicas (04) e autônomas (02) e uma não declarou a profissão/ocupação.

Questionamos ainda sobre a filiação partidária e sobre o costume de participar de passeatas. 88% (44) das entrevistadas não eram filiadas a partidos políticos, sendo que uma informou já ter sido filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e outra declarou a intenção de se filiar ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Dentre as que eram filiadas (12%, 06), cinco eram ao PSOL e uma ao PT. A respeito da participação em passeatas, 60% (30) informaram ter costume de participar.

Das participantes, 74% (37) disseram que ficaram sabendo do #EleNão, principalmente, pelo *Facebook*, 12% (6) pelo *Instagram*, 8% (4) por grupos de *WhatsApp* e outras três por formas diversas como jornais, universidade e amigos.

Após a sistematização dos dados relativos ao perfil das entrevistadas, realizamos a análise das respostas a partir das seguintes categorias: motivações para participação; percepções sobre democracia; relações com o feminismo.

7.1 Motivações para participação

As entrevistadas buscaram, nas respostas sobre os motivos para participação no #EleNão, qualificar e apresentar com mais detalhes os porquês de se posicionarem contrárias à eleição de Bolsonaro. Consideraram, sobretudo, a possível eleição dele como um alto risco para mulheres e minorias por conta dos discursos e posicionamentos preconceituosos desse candidato. Ressaltaram ainda o repúdio à violência estrutural, à misoginia e à “LGBTfobia” como motivações para a luta, da mesma forma como o ataque aos direitos humanos, a incitação ao ódio e a

possibilidade de retrocessos em relação a direitos e conquistas sociais de mulheres e minorias.

Ao mesmo tempo, as participantes reforçaram a importância daquele tipo de manifestação política como expressão da opinião pública e demonstração da força das mulheres. Ressaltaram ainda a participação no #EleNão como algo que podia fazer diferença, a partir da ocupação das ruas pelo povo, a partir de um entendimento de que a política é feita por pessoas na busca por direitos:

Além do objetivo principal da passeata de protestar contra a candidatura do Bolsonaro eu achei que o evento iria servir muito pra mostrar que as classes que são minorias (negros, lgbts e mulheres) de que eles têm uma voz sim e que mesmo ele sendo eleito ninguém deixaria de lutar pelos seus direitos (participante M., 20 anos).

Classificaram também o movimento como uma demonstração da indignação de mulheres e outros grupos em relação ao candidato Bolsonaro e ressaltaram o #EleNão como uma oportunidade de construção de unidade, de um comum compartilhado a partir da construção de um “nós”, da construção de uma ação coletiva (CAL, 2016): “Por que eu precisava demonstrar publicamente minha indignação e revolta com a candidatura do #elenao e sabia que não estava só nesse sentimento, e acredito fervorosamente na força que temos quando agimos em coletivo”¹² (participante A., 26 anos). Outro fator que motivou a participação no #EleNão foi a possibilidade de conexão e interação, de atuação em conjunto: “Eu me sentia desamparada e sem esperanças de que fosse possível ele não ganhar. Sabia que naquele momento era importante para mim estar ao lado das pessoas que pensavam como eu e que estavam dispostas a lutar” (participante D., 35 anos).

Algumas das entrevistadas mencionaram ainda o potencial desse movimento inspirar futuras gerações e também de atribuir visibilidade às forças contrárias à eleição de Bolsonaro:

Fazer parte da construção da história de forma mais ativa. Assim como fui às ruas no fora Collor qd tinha 15/16 anos. Uma forma de representar grupos e ideias de oposição a essa criatura. Uma forma pacífica de união e expressão. Ensinar pelo exemplo e na prática, juntas, a importância disso tudo pra minha

¹² Esclarecemos que as respostas dadas às perguntas aqui foram reproduzidas mantendo sua escrita original enviada via *WhatsApp* pelas nossas interlocutoras.

filha tbm. Não podemos ser omissos e apenas reclamar (participante N., 41 anos).

De modo geral, quando indagadas sobre as razões de participarem de um evento desse tipo, as entrevistadas deram, pelo menos, três naturezas de resposta: uma ligada à importância da participação popular para a democracia, voltada, portanto, a justificar protestos a partir da necessidade de atuação política, visibilidade e da demonstração da não passividade da sociedade; outra vinculada às lutas feministas e a necessidade efetivar os direitos humanos; e a terceira, ligada à ideia da participação em atos daquele tipo como uma forma de aprendizagem e construção de uma coletividade. De acordo com a participante R., de 46 anos, ações de protesto são importantes para coletivização de causas e movimentos sociais: “Pra construir processos mais aproximados com os nossos pares na luta, por uma perspectiva de forma opinião, pois é ato na rua, faz um visual mais coletivo e aproxima outros tantos que estão pulverizados, fora dos coletivos”.

Nesse sentido, a participação num movimento coletivo não apenas demonstra uma capacidade de ação frente ao Estado, como pode se configurar como espaço de aprendizagem democrática que considera as diferenças (DEWEY, 2008 [1939]).

(...) dentro dessas manifestações acontece uma relação de afeto que é muito importante quando você está resistindo a algo que, no caso, é o Estado, é importante que você tenha relações de afeto para te deixarem mais forte, entende? Então, para mim é essa a importância de movimentos assim, é você mostrar sua insatisfação em relação a algo e se manter forte com as alianças, tornando assim uma forma de resistência mesmo (participante C., 24 anos)

Essa dimensão de aproximação de grupos socialmente marginalizados e da participação como forma de aprendizado, dar a ver a correlação que pode existir entre a vivência de processos políticos dessa natureza e a busca por autorrealização a partir do sentimento de atuação conjunta, de estima e de solidariedade (HONNETH, 2003). Para Feres Jr e Pogrebinschi (2010), a noção de democracia como forma de vida para Dewey está ligada à própria ideia de comunidade, à qual se vincula a noção de autorrealização, entendida como “constituição e consolidação recíprocas da individualidade e da coletividade” (FERES JR; POGREBINSCHI, 2010, p. 147)

7.2 Percepções sobre democracia

À pergunta sobre o que era democracia, elas responderam, majoritariamente, que se trata de um sistema político ou uma forma de governo baseada na participação

do povo, com destaque à participação eleitoral: “O sistema democrático é a forma mais eficaz de atuação do povo nas decisões políticas através de mecanismos que distribuam o poder de ação de forma justa e igualitária, um exemplo disso, são as eleições diretas (participante G., 41 anos).

Também frisaram a relação entre democracia e liberdades (de expressão, de participação política, de luta por direitos) e ressaltaram a importância da igualdade de direitos, deveres e oportunidades. Com isso, atrelaram a ideia de democracia à garantia de direitos e ao respeito à diversidade da sociedade: “Penso que seja um modo de governo que pretenda a equalização de disparidades socioestruturais, através de ações que pensem o coletivo (...)” (participante R., 28 anos).

Algumas entrevistadas mencionaram a dimensão institucional da democracia, a importância das instituições, da transparência das ações e políticas públicas e da construção de canais e oportunidades para participação da população em tomadas de decisão coletiva que afetam a sociedade. De certo modo, esses resultados apontam distinções em relação aos dados obtidos por Mendonça (2018) ao analisar as dimensões de democracia percebidas por manifestantes das chamadas Jornadas de Junho de 2013. O autor concluiu que havia “pouca preocupação com regras e instituições que assegurem a democracia, incluindo aí a questão dos controles” (MENDONÇA, 2018, p.17). Essa distinção, entre os dois movimentos, demanda um investimento teórico e analítico mais robusto, mas de modo indicial pode estar ligada à natureza distinta das reivindicações.

Contudo, ao mesmo tempo em que as participantes manifestaram estar lutando pela democracia, também pontuaram preocupações com sua concretização e manutenção. Algumas chegaram a afirmar que seria uma “utopia” ou ainda algo distante em função da corrupção na política formal. Outras apontaram ainda a fragilidade da democracia:

Algo muito frágil, de difícil construção e sustentação, um regime de governo que deveria ser construído com a fala, participação e ação de todos que de alguma forma estão implicados na vida em sociedade e que estão sem a fala, sem lugar, prejudicados por anos de exclusão e centralidade de poder (participante R., 46 anos)

A respeito da relação entre a passeata do #EleNão e democracia, as entrevistadas declararam que se tratou de um espaço de exercício da cidadania, de demarcação da presença política e da participação, principalmente, de mulheres e

outros grupos socialmente marginalizados. Relacionaram, assim, democracia à ideia de mobilização popular, ao direito à igualdade, destacaram a dimensão de solidariedade interna ao próprio movimento do #EleNão e se referiram a passeatas como retratos da resistência.

Com justificativas semelhantes, as entrevistadas consideraram o #EleNão como uma ação bem-sucedida. Elas apontaram como elementos positivos saber que outras pessoas compartilham dos mesmos ideais sociais e políticos, o que fortaleceu a percepção da luta, já que não se tratava de algo individual, mas coletivo (CAL, 2016), como exemplifica a participante P., de 35 anos: “foi muito significativa pois senti muita união e força entre os participantes. Mostramos a que viemos e principalmente vimos que há muitos que pensam como nós. Isso nos dá coragem para seguir em frente”. O sentimento de fazer parte de um grupo também foi considerado uma das principais conquistas do #EleNão: “sentir a energia de tantas pessoas com idades, gênero, classe social diferentes em luta por um objetivo comum. Sentir que não estamos sós é fundamental em tempos difíceis” (participante P., 29 anos). Essas perspectivas se aproximam da ideia de democracia como um modo de vida, que considera o processo de experiência como um fim e como um meio, capaz de gerar aprendizados e por meio da expansão de emoções, necessidades e desejos, ampliar o conhecimento (DEWEY, 2008 [1939]).

Ainda assim, reconheceram pontos negativos relativos a aspectos da organização e operacionalização do #EleNão (percurso, som etc) e outros mais políticos, relacionado à posterior repercussão negativa do movimento e à própria eleição de Bolsonaro, ainda que no Pará o candidato Fernando Haddad tenha obtido maior número de votos¹³.

7.3 Relações com o feminismo

Das 50 entrevistadas, a expressiva parte, 70% (35), declarou-se feminista, ao passo que 16% (08) disseram que não o são e 14% (07) não souberam definir. As principais justificativas apontadas para autodefinição como feministas giraram em

¹³ No segundo turno das eleições presidenciais de 2018, no Pará, o candidato Fernando Haddad teve 54,81% dos votos válidos e Jair Bolsonaro, 45,19% dos votos válidos. Ver mais em: <http://especiais.g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2018/apuracao-estado-presidente/2-turno/>

torno de: (a) uma perspectiva de luta por direitos das mulheres, mas também de outros grupos sociais (“porque sou a favor da igualdade por direitos”, participante V., 21 anos/ “Entendo que a partir do momento que provocamos o estranhamento dos privilégios dos brancos, dos homens, dos héteros, e lutamos, da forma que for, por mudanças em direção à defesa da igualdade de direitos, estamos sendo feministas, estamos lutando contra o racismo, homofobia, transfobia e todos os tipos de violências”, participante D., 35 anos); (b) uma oposição às desigualdades de gênero e às diversas opressões (“eu me autorizo a me considerar em um estado constante de feminismo, todo dia uma nova desconstrução de paradigmas e preconceitos. Me considero feminista por estar atenta no meu cotidiano em quebrar a imposição patriarcal que a nossa sociedade vive”, participante P., 29 anos); (c) uma forma de atuação política baseada na sororidade e na solidariedade (“Porque acredito que nos mulheres devemos lutar de mãos unidas uma defendendo a outra”, participante V., 51 anos)

Por outro lado, houve um segmento das entrevistadas que declarou não ser feminista atribuindo sua negativa a argumentos ligados à discordância de pontos do que o feminismo. A questão conceitual em torno do feminismo, seja de maneira mais formal ou partindo de suas próprias experiências como mulher, é visível nas falas de algumas entrevistadas como uma espécie de barreira que “autorizaria” apenas a algumas mulheres participarem do debate ou se definirem como tais, como ilustra a resposta da participante M., 44 anos: “N [não] tenho acúmulo para um debate profundo a respeito, embora faça a defesa dos direitos das mulheres.” (participante M., 44 anos). A participante M., 47 anos, relatou uma história parecida com a de muitas outras mulheres na Amazônia, mas, segundo afirmou, que essa vivência profunda de opressão ainda não a credenciaria a se reconhecer como sujeito do feminismo:

[...] Minha história de vida me fez lutar por sobrevivência como mulher. E senti na pele o que é ser cobrada simplesmente por ser mulher. Fui obrigada me casar com 14 anos, por ter "perdido" a virgindade, com um homem que tinha mais que dobro da minha idade, mas ele nunca foi questionado por isso. (participante M., 47 anos)

Outro ponto que complementa essa visão, partilhada no senso comum, é a de um feminismo compreendido enquanto radicalismo:

Talvez não na excência [essência], eu defendo o papel da mulher na sociedade com equidade de gênero, luto junto com outras mulheres pela garantia de direitos, contra todo tipo de violência. Mas reconheço que não sou radicalmente feminista, tenho receio dos extremos. (participante M., 60 anos)

Há também interlocutoras que desassociam o feminismo de outras lutas por igualdade social. Encontramos nas respostas de algumas mulheres a defesa de direitos humanos como uma causa maior que acabaria se sobrepondo à luta feminista: “[...] Considero-me defensora de direitos humanos. A minha bandeira é pela não violação dos direitos à educação, saúde, lazer, vida digna. Respeito as minorias... Não especificamente feminista, mas também.” (participante M., 60 anos).

A fala de outra entrevistada chama-nos a atenção para além de corroborar o argumento acima citado, mas pela contradição que abarca ao final, quando reconhece a condição diferenciada das mulheres em relação a outros grupos sociais:

hoje eu tenho uma visão mais ampla das lutas feministas, mas, defendo direitos não somente das mulheres, e sim de todo povo que necessita de políticas públicas. E nesse contexto [contexto] nós mulheres são as que mais precisam dessas políticas. (participante V., 59 anos, grifo nosso)

Já no caso das entrevistadas que se manifestaram como indefinidas, observamos por meio de suas falas que, embora muitas delas vivam a realidade do tratamento desigual conferido às mulheres na sociedade brasileira, isso não forneceria elementos suficientes que se articulassem à noção que têm sobre o que é ser feminista: “Me considero uma mulher que compreende que vive em uma sociedade machista, patriarcal, na qual as mulheres são inferiorizadas, na qual são estabelecidos papéis com os quais não concordo” (participante M., 52 anos).

Outra questão que surge adjacente a essa é a de que algumas delas podem não ter encontrado uma definição de feminismo na qual consigam se reconhecer ou ainda por desconhecerem, possivelmente, a existência de várias vertentes feministas, daí falarmos em feminismos como expressão de pluralidade de linhas de pensamento e ação (BRAH, 2006; MATOS, 2010), como explica uma de nossas interlocutoras:

Complicado de responder esta, mas defendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Hoje é complicado falar em feminismo, pois este conceito está caindo muito no censo comum e sendo deturpado. Já li sobre o que alguns chamam de ‘feminismo radical’. Daí minha dificuldade em definir feminismo. (participante V., 40 anos)

Em outras respostas, percebemos que as mulheres revelaram certo incômodo por uma tentativa de definição em que tivessem que se adequar, ao que elas veem como “rótulos” ou “ismos”, como pontua uma delas: “Pois é, esse conceito vem tb me colocar em processo de me reconhecer uma mulher que luta por um mundo não mais patriarcal. Mas me incomoda os ‘ismos’.” (participante S.L., 45 anos).

E outro grupo de entrevistas afirma que não se autoatribui a definição por acreditar na importância de lutas mais amplas, por respeito e direitos, independente dos gêneros. É o caso da participante A., 44 anos: “Muitas pessoas me consideram feminista (kkkkk), mas eu me considero uma pessoa que luta pelas causas sociais, pelos direitos das pessoas!”. (participante A., 44 anos). O uso da expressão adversativa “mas” denota uma tentativa de se afastar da definição de feminista fazendo a distinção de que luta pelos direitos de “pessoas”.

8. Considerações finais

Realizamos esta investigação a partir da participação no movimento #EleNão, realizado em Belém (PA), em 29 de setembro de 2018, o que nos ofereceu subsídios para tentar apreender a pluralidade de sujeitos e sentidos no protesto. Na ocasião, a multiplicidade de sujeitos e questões levantadas nas falas, nos cartazes, nos corpos pintados e nas músicas entoadas pela população ocupando as ruas, instigou-nos a buscar compreender os sentidos atribuídos ao #EleNão, quem seriam os sujeitos que compunham aquela multidão, quais suas reivindicações, como compreendiam a democracia, o que os motivava a estar ali e qual sua relação com os feminismos.

Situando geograficamente a cidade de Belém (PA) dentro da Amazônia, e nos assumindo como sujeitos que vivem a realidade da região, percebemos as especificidades que atravessam a vivência das mulheres. Diante disso, optamos por utilizar perspectivas feministas do Sul Global, por percebê-las como mais sensíveis às diferentes experiências (BRAH, 2006) das mulheres, iluminando como tomar a democracia como um modo de vida contempla uma gama maior de sujeitos em interação com o mundo. Também recorreremos à ideia de democracia como mundo um modo de vida a partir de Dewey (2008 [1939]).

Como objetos de análise, examinamos escritos corporais e cartazes registrados visualmente por fotografias dos Jornalistas Livres e por participantes da manifestação do dia 29/09/2018 publicadas na página do evento no *Facebook*. A análise dos cartazes que nos permitiu identificar a pluralidade de reivindicações, dentre as quais a liberdade, a igualdade, a resistência e a não-eleição do candidato foram centrais; e a das entrevistas, nas quais ouvimos, das próprias mulheres, que a principal motivação para participar da mobilização foi a consciência dos riscos que

mulheres e demais grupos minoritários corriam diante da possível eleição, e, assim, participar da mobilização reivindicando que a democracia seria parte de um movimento que a compreende como uma forma de organização social na qual a participação da população é imprescindível.

Investigar as dimensões que as mulheres do #EleNão têm sobre democracia, dessa forma, colabora não apenas para compreender como elas percebem a democracia e, partindo disso, até que ponto podem usá-la para reivindicar suas questões; mas também para compreender como se situam dentro do processo democrático, reconhecendo-se como sujeitos políticos. Dessa forma, nossos resultados acerca do reconhecimento da mobilização como um espaço de aprendizagem democrática, por meio da qual os sujeitos defendem suas liberdades e reivindicam igualdade, apontam para esse autorreconhecimento como sujeitos políticos atuantes na sociedade. As interações e experiências vivenciadas no #EleNão atuam como forma de “aprendizado democrático” (DEWEY, 2008 [1939]) e também acerca dos “mecanismos de opressão” (BRAH, 2006). O movimento significou, a partir das próprias mulheres ouvidas, uma vivência comum sobre o que seria mesmo a democracia.

Desse modo, podemos compreender democracia como uma “tarefa” realizada no cotidiano, que visa a “criar uma experiência mais livre e mais humana na qual todos compartilham e para a qual todos contribuem” (DEWEY, 2008 [1939], p. 142). Ainda que o #EleNão não possa ser interpretado integralmente a partir desse viés, as manifestantes entrevistadas indicaram aspectos da experiência da participação no movimento que lançaram luz sobre a contribuição democrática do movimento, tanto em um nível individual quanto num nível coletivo.

Em relação às vinculações ao feminismo, a maioria das entrevistadas se declarou feminista por reconhecer o feminismo a partir de uma perspectiva de luta por direitos das mulheres (e de outros grupos sociais), como uma oposição às desigualdades de gênero e às diversas opressões e como forma de atuação política baseada na sororidade e na solidariedade. Contudo, outras participantes não souberam dizer se eram feministas ou ainda apontaram recusa ao “rótulo” de feminista. Elas demonstraram barreiras de entendimento relacionadas ao que seria o feminismo (e os feminismos em sua heterogeneidade), afirmaram que o feminismo

seria, de certo modo, excludente e manifestaram apreensão com o radicalismo. Como saída, evocaram uma perspectiva mais ampla de defensoras dos direitos humanos.

A partir dos resultados apresentados, a pesquisa busca contribuir com estudos sobre movimentos feministas, sobre a relação entre decolonialidade, gênero e democracia e também sobre os acontecimentos recentes relacionados às mobilizações de mulheres nas últimas eleições contra o então candidato Bolsonaro. Há, porém, elementos sobre os quais não foi possível discorrer neste trabalho e que podem ensejar futuras pesquisas. Um exemplo é a investigação sobre as implicações da nomeação do #EleNão para a forma de compreensão do evento: protesto, manifestação, movimento? Outro ponto diz respeito ao entendimento mais profundo sobre os atravessamentos dos contextos regionais que incidem sobre as mulheres e construção de pautas e ações específicas.

Referências

- ALCOFF, L. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**. Brasília, n.1. v. 31, jan/abr, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRAH, A. Diversidade, diferença, diferenciação. **cadernos pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CAL, D. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: UFBA, 2016.
- CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. *Feminism and politics*, p. 314-343, 1998.
- COCHRANE, K. **All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism**. Vol. 8. Guardian Books, 2013.
- COLLINS, P. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- CURIEL, O. et al. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe**. 2009.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.
- DEWEY, J. **Democracia criativa: a tarefa diante de nós (1939)**. In: FRANCO, Augusto de; POGREBINSCHI, Thamy. **Democracia Cooperativa: escritos políticos escolhidos de Jonh Dewey (1927-1939)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 129-142.
- FERES JR, J.; POGREBINSCHI, T. **Participação e Deliberação**. In: FERES JR, J.; POGREBINSCHI, T. **Teoria Política Contemporânea: uma introdução**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p.143-158.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed34, 2003.
- LOOMBA, A. et al. **Beyond what? An introduction**. **Postcolonial studies and beyond**, v. 29, p. 737-755, 2005.
- LORDE, A. **The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House**. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Ed. Berkeley, CA: Crossing Press. 110-114. 1984.
- LUGONES, M. **Colonialidad y género**. **Tabula rasa**, n. 9, 2008.
- LUGONES, M. **Rumo a um feminismo decolonial**. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MAIA, R. et al. **Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media**. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em**

Comunicação e Semiótica, n. 34, mar. 2017. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/28000/22303>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010

MATOS, M. Inclusão democrática no Brasil contemporâneo: desafio de uma agenda inconclusa. In: MENDONÇA, R.; CUNHA, E. (Orgs). **Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. P. 263-288.

MENDONÇA, R.; CUNHA, E. Teorias democráticas: múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação. In: Mendonça, Ricardo Fabrino; Cunha, Eleonora Schettini Martins (Orgs). **Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018. P. 29-47.

MENDONÇA, R. DIMENSÕES DEMOCRÁTICAS NAS JORNADAS DE JUNHO: REFLEXÕES SOBRE A COMPREENSÃO DE DEMOCRACIA ENTRE MANIFESTANTES DE 2013. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 33, n. 98, e339707, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092018000300501&lng=en&nrm=is>. Acesso em: 06 abr. 2019.

MIÑOSO, Y. Hacia la construcción de la historia de un (des) encuentro: la razón feminista u la agencia antirracista y decolonial en Abya Yala. **Praxis: revista del Departamento de Filosofía**, n. 76, p. 1-14, 2017.

MOHANTY, C. Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, p. 333-358, 1984.

MUNRO, E. Feminism: A Fourth Wave? **Political Insight**, 4(2), 22–25. 2013.

PINTO, C.. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.